

## **A ARTE DE ENSAIAR COM UMA PERSPECTIVA CIENTÍFICA**

Adriana do Carmo Figueiredo

(Mestre em Letras, UFMG

e professora de Leitura e Produção de Textos no UniBH)

dricafigueiredo@uol.com.br

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo apresentar uma breve pesquisa sobre o gênero textual ensaio, buscando uma aproximação conceitual dialogada com distintos posicionamentos teóricos e filosóficos que servirão de suporte para a fundamentação das ideias. Além disso, será discutida a subjetividade do ensaísta, ainda que pertencente aos núcleos acadêmicos, bem como a legitimidade do gênero textual em questão para fins científicos.

**Palavras-chave:** Subjetividade, verdade, estratégia de escrita.

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Marcado pelo hibridismo textual e notória complexidade de definição, o ensaio, desde sua origem, no século XVI, quando surgiu pelas mãos do escritor francês Michel de Montaigne, apresenta-se como produto de uma escrita subjetiva e livre, unindo, em sua composição, alguns elementos que tornam difícil a sua caracterização.

Para Montaigne, a arte de ensaiar seria o exercício livre do pensamento, com uma voz que traz, necessariamente, as marcas de uma liberdade argumentativa. Os ensaios de Montaigne misturavam instinto com experiência, perpassando pelos temas mais diversos. Tratava-se do registro das suas observações e reflexões extraídas de sua mirada acerca da vida. Temas como o amor, a religião, a coragem, a política, a educação, entre outros, eram frequentes em seus textos. Montaigne recorria aos fatos

passados e, com significativo domínio erudito dos clássicos, escrevia pelo gosto da aventura e pela emoção, tornando o leitor cúmplice e escravo das suas preciosas linhas.

Os tempos mudam e novos valores (escolhas) se encarregam de produzir transformações... Assim, podemos afirmar que, atualmente, existem diferentes tipos de ensaio, de acordo com as demandas e necessidades do espaço da enunciação onde são produzidos os discursos. A formalidade e o rigor da academia, por exemplo, nos levam a pensar na rigidez textual, sugerindo o ensaio formal ou acadêmico.

Desse modo, buscando um paralelismo entre o ensaio literário, aquele produzido por Montaigne no século XVI, e o ensaio acadêmico, demandado hoje como um dos gêneros científicos do século XXI, vejo que ambos apresentam como marca textual a subjetividade no exercício livre do pensamento. No entanto, certamente, há algumas nuances que os diferem.

Assim, como proposta deste estudo, interessa-me desvelar como se dá essa subjetividade no ensaio de caráter científico, cuja intenção é promover a circulação de pesquisas que servirão de ponto de partida para futuros trabalhos técnicos.

Este *paper* também buscará uma aproximação do contorno conceitual desse gênero textual que, inclusive em tempos atuais, ainda se apresenta com caráter ambíguo. Para isso, serão apresentadas algumas posições de linguistas, filósofos e teóricos sobre a linguagem, além de algumas sugestões de estratégias e técnicas para a escrita de ensaios marcados pela liberdade intelectual, ainda que sejam produzidos pela sugestiva rigidez entrecortada pelos muros universitários.

## **DA SUBJETIVIDADE À FORMALIDADE ACADÊMICA: ALGUNS QUESTIONAMENTOS SOBRE A “VERDADE CIENTÍFICA”**

É notória a necessidade que a academia tem em formalizar sua produção escrita, haja vista a complexa aplicação das normas da ABNT em textos científicos e o desejável rigor técnico referente à escrita que é produzida por pesquisadores de todas as áreas.

No entanto, oscilando entre a rigidez e a liberdade surge o ensaio acadêmico, espelho do avanço dos tempos e da necessidade de uma escrita científica que, embora híbrida, traga a lume a “verdade” ou, quiçá, “verdades” de uma pesquisa ainda incipiente, mas que, certamente, poderá se tornar ponto de partida para investigações futuras.

Sabemos que, desde sua gênese, o ensaio traz as marcas da subjetividade, melhor dito, o desenho de um sujeito que argumenta com leveza e se inscreve no discurso.

O ensaísta não tem como meta convencer seu interlocutor. Seu alvo é explicitar um juízo de valor, por meio da reflexão de fatos que fazem parte do seu contexto e da sua historicidade, com um viés subjetivo. Desse modo, o ensaio é também uma espécie de retrato daquele que escreve, pois traz as suas vivências, suas leituras e também o acervo cultural de uma voz que se posiciona discursivamente.

Nessa perspectiva, convém recorrermos à filosofia de Heidegger e Gadamer, quando sugerem que a hermenêutica se refere ao mundo da experiência, ao mundo da pré-compreensão, em que já somos e nos compreendemos como seres a partir da estrutura prévia de sentido. Penso que o ensaísta é, por assim dizer, um autêntico hermeneuta, andarilho de ideias...

Conforme Heidegger:

A interpretação de algo como algo funda-se, essencialmente, numa posição prévia, visão prévia e concepção prévia. A interpretação nunca é a apreensão de um dado preliminar isenta de pressuposições. [...] Em todo princípio de interpretação, ela se apresenta como sendo aquilo que a interpretação necessariamente já "põe", ou seja,

que é preliminarmente dado na posição prévia, visão prévia e concepção prévia (HEIDEGGER, 1988, p.207).

Desse modo, em sendo o homem uma composição dele mesmo e das experiências que adquire ao longo de sua vida, bem como das suas impressões prévias marcadas também pelo reflexo da sua cultura, pode-se afirmar que seu juízo valorativo, espelho de suas vivências, certamente vai impregnar a sua interpretação. O exercício de interpretar, portanto, está diretamente relacionado ao contexto histórico, cultural, social em que se insere a voz do hermeneuta, e o ato de compreender está relativamente conectado à existência do intérprete.

Vale ressaltar que a interpretação, para Gadamer, "começa sempre com conceitos prévios que serão substituídos por outros mais adequados" (GADAMER, 1997, p.42).

Assim, o hermeneuta contemporâneo é aquele observador que, muitas vezes, supera a dicotomia do esquema sujeito-objeto, fazendo nascer as marcas de sua "infinitude humana"<sup>1</sup>, conforme entendimento de Lenio Luiz Streck (2009), ao afirmar que não haveria "nem mais o assujeitamento do sujeito às essências e nem o solipsismo do sujeito assujeitador dos objetos"<sup>2</sup> (STRECK, 2009, p.178).

Nesse diálogo com o mundo das ideias, e com os espelhos referenciais que surgem das relações entre sujeito-objeto e sujeito-sujeito, vejo a instauração de certa subjetividade que se coloca não mais como uma simples vontade ou arbítrio, mas sim como um diálogo que poderia ser multiplicado por diferentes vozes discursivas, marcadas pelo local da cultura de onde falam os sujeitos.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Ernildo Stein (1996), ao tecer suas considerações sobre a hermenêutica e sua incômoda relação com a verdade. Lenio Luiz Streck (2009), conceituado jurisconsulto, cita esse autor quando argumenta acerca da "viragem lingüístico-pragmática e hermenêutica da filosofia", como proposta de uma nova construção interpretativa do Direito.

<sup>2</sup>Embora o trabalho de Lenio Luiz Streck (2009) esteja voltado para os estudos jurídicos, penso que seus achados, de caráter filosófico e questionador, podem ser empregados como alicerce para os estudos da linguagem em qualquer área do conhecimento, pois escrever, melhor dito, ensaiar, é necessariamente também interpretar e exercer juízos, escolhas.

Nesse viés, entra em jogo a noção de alteridade do texto exposta por Gadamer, pois

quem quer compreender um texto, em princípio, tem que estar disposto a deixar que ele diga alguma coisa por si. Por isso, uma consciência formada hermeneuticamente tem que se mostrar receptiva, desde o princípio, para a alteridade do texto. Mas essa receptividade não pressupõe nem neutralidade com relação à coisa nem tampouco auto-anulamento, mas inclui a apropriação das próprias opiniões prévias e preconceitos, apropriação que se destaca destes (GADAMER, 1997, p.405).

Nos ensaios, de modo geral, essa alteridade dialoga com uma subjetividade que é explicitada e marcada gramaticalmente pela presença do “eu” ou “nós” na composição do texto. Outras vezes, essa subjetividade é velada, implícita, escondendo-se num jogo de máscaras e disfarces de um “eu” que, a exemplo do discurso científico, deseja manter um distanciamento entre autor e objeto pesquisado.

No discurso acadêmico, muitas vezes o objeto se sobrepõe ao sujeito, pois o que se deseja é a tão famigerada “verdade real” da pesquisa que vai circular pelas esferas da academia, ultrapassando, provavelmente, os muros universitários. Por isso, questiono: será mesmo possível que a razão humana encontre a verdade? Será essa suposta verdade marcada pelos limites advenientes de valores e princípios de maior relevo?

Streck (2009) sugere o movimento hermenêutico como o estabelecimento das condições do mundo, assim, não há que se falar nem em verdade empírica e nem em verdade absoluta. Nessa esteira, argumenta Ernildo Stein (1996):

A hermenêutica será, assim, esta incômoda verdade que se assenta entre duas cadeiras, quer dizer, não é nem uma verdade empírica, nem uma verdade absoluta – é uma verdade que se estabelece dentro das condições humanas do discurso e da linguagem (STEIN, 1996, p.38).

Portanto, essa “verdade científica” pode e deve ser questionada pela voz do enigmático ensaísta, pois o ensaio é um texto que tem como proposta traçar uma posição sobre determinado tema sem pretender a finalização da discussão. Seu giro argumentativo pode entrecruzar distintas áreas do conhecimento, como a filosofia, a literatura, o direito, a linguística, entre outras.

Com o intuito de se buscar um conceito ou uma definição mais precisa sobre o ensaio, diferentes autores têm se debruçado a especular sobre o assunto. Para João Bosco Medeiros (2007), por exemplo, ensaio é um texto que traz uma “exposição metódica dos estudos realizados e das conclusões originais a que se chegou após apurado exame de um assunto” (MEDEIROS, 2007, p.228).

Massaud Moisés (1987) aponta duas ramificações do ensaio: o informal, marcado pela liberdade criadora e pela emoção, exemplificado com a obra de Montaigne (*Ensaaios*). Há também o ensaio formal, caracterizado pela seriedade dos objetivos e pela lógica do texto. Um exemplo deste tipo de gênero textual é o *Ensaio acerca do entendimento humano*, de John Locke. O ensaio formal também apresenta outras características: uso da primeira pessoa, brevidade, serenidade... Ademais, o ensaio é um texto que apresenta um tom problematizador, antidogmático e nele devem se destacar o espírito crítico do autor e a originalidade textual.

Do ponto de vista científico, o ensaio, segundo Rauen (1999), é uma “exposição metódica dos estudos realizados e das conclusões originais obtidas após o exame de um assunto” (RAUEN, 1999, p.137). Vale destacar que, para um cientista, o ensaio é um meio de transmitir informações e ideias.

Segundo Barrass (1986), um ensaio é “uma breve explicação escrita de um assunto bem delimitado, clara e decisiva, sistemática e compreensiva” (BARRASS, 1986, p.51). Assim, destacam-se as principais características desse tipo de produção

acadêmica: a) exposição bem desenvolvida, objetiva, discursiva e concludente; b) tese pessoal sem a comprovação última; c) apresentação de certa maturidade intelectual, incluindo juízos de valor pessoal. No entanto, um ensaio não é apenas um exercício de reflexão e redação, mas também um veículo por meio do qual os pensamentos de qualquer escritor são reunidos e organizados e levados ao leitor de maneira clara, concisa e interessante.

Medeiros (2007) também afirma que, no Brasil, tem sido usado o termo *paper* pelos pesquisadores em vez de ensaio. Desse modo, há uma definição de que *paper* é “uma síntese de pensamentos aplicados a um tema específico. Esta síntese deverá ser original e reconhecer a fonte do material utilizado. Em português, a palavra corresponde a *ensaio*, mas este nome não encontrou acolhida entre os pesquisadores” (MEDERIOS, 2007, p.235).

Conforme Audrey J. Roth (1994), “*paper* é um documento que se baseia em pesquisa bibliográfica e em descobertas pessoais” (ROTH, 1994, p.2). Ora, mais uma vez notamos similitudes entre as definições de *paper* e ensaio, uma vez que em ambos torna-se necessário o juízo valorativo sobre o assunto pesquisado. Medeiros (2007) adverte que se o pesquisador “apenas compilou informações sem fazer avaliações ou interpretações sobre elas, o produto de seu trabalho será um relatório” (MEDEIROS, 2007, p.235).

Portanto, o gênero textual *paper* ou ensaio, independentemente da nomenclatura que lhe seja atribuída, difere de um relatório, uma vez que se espera do ensaísta um juízo valorativo ou uma interpretação dos fatos ou das informações que foram recolhidas. No ensaio acadêmico, é desejável que haja o desenvolvimento de um ponto de vista acerca de um tema, uma tomada de posição definida e a expressão dos pensamentos com certa originalidade.

## **SUGESTÕES PARA ESCRITA DE ENSAIOS ACADÊMICOS**

Inicialmente, para a escrita de um bom ensaio acadêmico, deve-se ter em mente que esse gênero textual exige: um assunto específico para abordagem; interpretação pessoal sobre o tema escolhido; pesquisa referencial – ou seja, o que outros pesquisadores também dizem sobre o assunto escolhido – e conclusão. Esses pontos são primordiais para o planejamento inicial.

Importante destacar que toda pesquisa acadêmica, independentemente do seu produto final, precisa ser bem planejada, “caso contrário o investigador, em determinada altura, encontrar-se-á perdido num emaranhado de dados colhidos, sem saber como dispor dos mesmos ou até desconhecendo seu significado e importância”, (LAKATOS e MARCONI, 1994, p.99). Nessa perspectiva, argumenta Santos (2003):

O desafio do planejamento é, a partir de um tema (uma necessidade humana), identificar um problema e prepará-lo para ser raciocinado. A necessidade de pesquisar, de investigar, só toma forma, concretiza-se diante do desafio representado por um problema, pois temas somente anunciam a presença de uma necessidade humana qualquer. A atividade intelectual propriamente dita inicia-se pela percepção e problematização da necessidade. Daí pode-se dizer que sem problemas não há pesquisas (SANTOS, 2003, p.36).

Vale considerar que, além da necessária problematização do tema, outro aspecto relevante é ter clareza e discernimento na escolha do assunto para que o mesmo não seja amplamente genérico e nem totalmente simples, pois o ensaio deve necessariamente conter impressões pessoais, conforme dito, e, por isso, deve-se ter cuidado para que não seja um texto desinteressante e sem complexidade na fundamentação das ideias.

Assim, o planejamento e a escolha do tema são primordiais para que seja feito o levantamento de conceitos novos, o traçado das definições e a sugestão de outros

detalhes que pareçam sinalizar questões para futuros aprofundamentos sobre o assunto pesquisado. Também é importante a busca de referências – em bibliotecas, internet, periódicos, revistas... – para que se possa, a partir de leituras diversas sobre o tema eleito, entender quais os principais questionamentos levantados até então, promovendo, por assim dizer, uma leitura exploratória. Muitos materiais interessantes, como fontes de pesquisa primárias ou secundárias, podem ser encontrados nas indicações que constam dos livros e periódicos consultados, além dos fichários de bibliotecas. Depois disso, o ensaísta já estará apto a escrever com mais propriedade sobre o assunto, podendo, inclusive, opinar a respeito.

Sugiro, após as leituras das diferentes fontes consultadas, que sejam feitos fichamentos e apontamentos prévios sobre os caminhos ou passos pelos quais o ensaio perpassará. Nesse momento, já se tem um esboço do que vai ser escrito e o ensaio começa, então, a ganhar corpo e voz, ainda que na perspectiva de um texto em rascunho.

Para que essa escrita atenda à necessidade formal do ensaio acadêmico, deve-se tomar como base a estrutura textual exigida, que norteia o caráter técnico do gênero. O ensaio deve deixar clara a posição do ensaísta como o sujeito que tem as reflexões pessoais, mas isso não o exime de citar as fontes – que já foram pesquisadas – e de sugerir de forma direta, indireta ou ainda nas entrelinhas textuais, as ideias de outros autores sobre o tema, formando um diálogo teórico interessante e criativo.

Conforme assevera Wander Emediato:

Faz parte dos trabalhos científicos e acadêmicos a citação de discursos ou fragmentos de discursos de terceiros. Essa prática de citações, que se consolidou no discurso científico, é essencial para a garantia de credibilidade das pesquisas produzidas institucionalmente, ou seja, nas universidades e centros de pesquisa. Não praticá-la é extremamente prejudicial ao trabalho

científico, pois isola o pesquisador e diminui sua fundamentação e credibilidade (EMEDIATO, 2005, p.203-204).

Desse modo, a citação em trabalhos acadêmicos é uma estratégia de argumentação importantíssima, já que imprime um diálogo com argumentos de especialistas sobre o assunto pesquisado. Isso também confere maior credibilidade às provocações que possam ser sugeridas pelo texto, denotando que o pesquisador, no caso, o ensaísta, possui conhecimentos teóricos sobre o seu campo de estudos. Dialogar com outros estudiosos confere marcas de erudição do sujeito pesquisador, além de evidenciar o espírito científico no âmbito acadêmico. Citar os autores consultados adequadamente, conforme padrões da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), é, sem dúvida, “prova de respeito aos direitos autorais”, conforme nos alerta Wander Emediato (2005).

Por isso, as referências utilizadas devem ser dispostas, conforme as normas da ABNT, ao término do ensaio. Elas são importantes para justificar as fontes de pesquisa que auxiliaram na elaboração do texto final. Além disso, em alguns casos, pode haver a necessidade de que sejam incluídos anexos e imagens para um melhor entendimento sobre o tema escolhido.

Vale lembrar, ainda, que o ensaio deve conter uma estrutura típica, que engloba introdução, fundamentação e conclusão. Na introdução, dá-se uma pincelada básica sobre o tema; na fundamentação, normalmente, expõem-se os argumentos e contra-argumentos; e, por fim, na conclusão, coloca-se o ponto principal abordado no ensaio, de modo que revele a opinião do ensaísta sobre o assunto.

Importante comentar que esse gênero textual deve ser escrito na 3ª pessoa, mas pode conter também momentos em que se usa a 1ª pessoa do discurso (“eu” / “nós”), conforme mencionado, uma vez que é desejável que se marque o espaço da enunciação

de onde fala o sujeito que escreve, bem como suas preferências e juízos de valor sobre o assunto pesquisado.

Além do que foi sugerido, é também conveniente levar em consideração os seguintes aspectos:

a) reflexão temática – é necessário considerar título e termos de referência, definir o objetivo da composição, observar o tempo disponível para a escrita distribuindo-o de forma equilibrada, considerar ideias e diferentes informações sobre o tema, ainda que seja para criticá-las, decidir o que se pretende que o leitor entenda;

b) desenho textual – é aconselhável que se faça um esquema de tópicos, sublinhando os pontos mais relevantes; elaborar o plano da redação, destacando a introdução, o desenvolvimento e a conclusão;

c) normalização – é imprescindível digitar o ensaio acadêmico conforme as normas técnicas (ABNT). Por isso, deve-se recorrer às fontes que orientam o seu correto manuseio;

d) revisão final – é preciso avaliar se o ensaio é lido com facilidade, apresenta coesão e coerência na estruturação das ideias, se os pontos essenciais foram destacados, se não há erros ortográficos e gramaticais, e, além disso, se o ensaio sugere uma leitura especulativa que possa atender às expectativas do grupo de leitores que se pretende atingir.

## **CONCLUSÃO**

Pelo exposto, pode-se afirmar que, por mais que se pretenda apagar a voz do sujeito que se inscreve no discurso acadêmico-científico, por meio da rigidez normalizadora, engessada pelas regras técnicas infiltradas na academia, penso que não

há possibilidade de completo apagamento do “eu”, seja ele um simples ensaísta ou um experiente doutor em determinada matéria.

A propósito: não nos esqueçamos de que doutores, mestres e sábios também podem escrever seus ensaios... A prática de ensaiar é um convite a todos que se interessem pelo exercício livre do pensamento, aliás, nem tão livre assim, quando se trata de uma produção feita dentro dos núcleos acadêmicos. Lembremos que o ensaio é uma figura híbrida entre os gêneros textuais, em que se mesclam experiências de liberdade e rigor técnico, além de elaboração estilística.

Sem dúvida, a rigidez acadêmica aponta para uma sobreposição do objeto em relação ao sujeito, mas as marcas da subjetividade devem ser levadas em consideração no momento da elaboração da produção ensaística, seja de forma explícita ou implícita. Assim, o ensaio, a meu ver, configura-se, talvez, como um dos meios mais eficientes de se traçar as marcas do subjetivismo numa pesquisa científica, dada sua natureza estilística e a própria legitimidade que já o consagrou nos núcleos de pesquisa.

Desse modo, a suposta “verdade” a ser pesquisada pode ser questionada e problematizada pelo ensaísta, mas sempre com argumentos que sejam válidos e legítimos, em conformidade com a estrutura do discurso que se pretende erguer na academia. Isso não impede que certa dose de emoção, até mesmo literária, com jogos e figuras de linguagem, não deixe de transparecer por meio das sombras discursivas de um ensaio formal.

Portanto, o ensaio acadêmico não está totalmente desvinculado do subjetivismo textual e literário, como meio ou instrumento da expressão livre e reflexiva do pensamento, iniciada por Montaigne, no século XVI. A arte de ensaiar permite ao seu autor especular sobre fatos (passados, presentes e futuros) com as marcas da atualidade, fazendo a exposição do seu giro hermenêutico em relação à problematização de uma

questão apresentada, desvelando o local de onde fala a voz que ganha corpo no discurso. Desse modo, a cientificidade proposta pelo ensaísta pode apresentar contornos de uma “verdade” que se descobriu com matizes heideggerianos.

No entanto, para que essa descoberta tenha validade e legitimidade na academia, convém reforçar que é preciso, sim, observar as normas da ABNT, órgão responsável pelos padrões técnicos de toda produção científica do país, já que fornece a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. Afinal, todo ensaísta, em regra, deseja que seu trabalho seja lido por outros pesquisadores e, por isso, torna-se fundamental a normalização para que se tenha a devida ou, quiçá, merecida publicação no ambiente acadêmico.

### **Resumen**

Este estudio tiene como objetivo presentar una breve investigación del género textual ensayo, en búsqueda de un enfoque conceptual dialogado con las diferentes posiciones teóricas y filosóficas que se apoyan como soporte para el razonamiento de las ideas. Además, se discute la subjetividad del ensayista, aunque pertenezca a los núcleos académicos, así como la legitimidad del género en cuestión con fines científicos.

### **Palabras-clave:**

Subjetividad. Verdad. Estrategia de escrita.

### **Referências**

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Disponível em <<http://www.abnt.org.br>>. Acessado em 07/08/2011.

BARRASS, Robert. *Os cientistas precisam escrever*: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto*: redação, argumentação e leitura (Técnicas inéditas de redação para alunos de graduação e ensino médio). São Paulo: Geração Editorial, 2005.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GÓMEZ-MARTINEZ, José Luis. *Teoría del ensayo*. Disponível em: <<http://www.ensayistas.org/critica/ensayo/gomez/ensayo1.htm>>. Acessado em 07/8/2011.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*, Parte I. Petrópolis: Vozes, 1988.

HEIDEGGER, Martin. *Sobre a essência da verdade: a tese de Kant sobre o ser*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1970.

KAGAYA, Marcelo Penna. *Sobre o ensaio "Pedantismo", de Montaigne*. Disponível em: <<http://www.consciencia.org>>. Acessado em 07/08/2011.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1994.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária: poesia*. v.1. São Paulo: Cultrix, 1987.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MONTAIGNE, Michel. *Citações de Montaigne*. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/montaigne.htm>>. Acessado em 03/08/2011.

RAUEN, F. J. *Elementos de iniciação à pesquisa: inclui orientações para a referenciação de documentos eletrônicos*. Rio do Sul: Nova Era, 1999.

ROTH, Audrey. *The research paper: process, form, and content*. 7. ed. Belmont: Wadsworth, 1994.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Produção e apresentação do conhecimento científico*. Rio de Janeiro: Perspectivação, 2003.

STEIN, Ernildo. *Aproximações sobre hermenêutica*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.